



Pró-Ordem

C. Formação: 21 752 43 80; Gab. Jurídico: 21 752 40 77

Sede Nacional: Tel.: 96 801 48 77; Fax: 21 759 07 01;

R. Prof. Vieira de Almeida, 7- 4 N, 1600-664 LISBOA

Email: proordem@mail.telepac.pt

www.federacaodosprofessores.com

A Pró-Ordem adere à greve do próximo dia 17

O Conselho Geral da **Pró-Ordem** reunido no passado dia 1 do corrente, deliberou delegar na Direção uma tomada de posição sobre a greve do próximo dia 17, em função dos resultados das negociações com o MEC.

Por ser uma organização de carácter institucionalista, a **Pró-Ordem** fez questão de recorrer a todas as vias institucionais (Governo, Presidência da República e Comissão de Educação, Ciência e Cultura da A. R.) na tentativa de sensibilizar os diferentes órgãos de soberania para tudo aquilo que, atualmente, está “sobre a mesa” e, assim, poderem junto do MEC, evitar a concretização da greve geral de professores, em dia de exames.

De facto, o Governo tem vindo a tomar toda uma série de medidas de política educativa que prejudicam enormemente a Escola Pública e a profissão Docente: o aumento do número de alunos por turma, a redução do número de disciplinas e do número de horas letivas dos alunos nas escolas, o fim da redução da componente letiva do Diretor de Turma, o aumento da área territorial dos QZP, a dispensa de milhares de professores (contratados ou enviados para a aposentação com penalização).

A somar a tudo isto, pretende, agora, o Governo **aumentar o horário** de trabalho para as 40 horas semanais (garante **para este ano** o não aumento da componente letiva, mas apenas num simples despacho que facilmente pode ser revogado a qualquer momento) e impor o mecanismo da **Requalificação/Despedimento** também ao Corpo Docente, não respeitando as suas especificidades de Corpo Especial no seio da Administração Pública.

Estamos perante um Ministro **que tem vindo a romper, uma a uma, todas as garantias** de que certas e determinadas medidas não seriam aplicadas à Carreira Docente.

Estamos em presença de um conjunto de medidas nefastas, inaceitáveis e, em alguns aspetos, inconstitucionais.

Sem que o processo negocial tivesse chegado ao final – pois a **Pró-Ordem** requereu o período de Negociação Suplementar – o Governo, colocando-se mais uma vez **à margem da lei**, fez aprovar em Conselho de Ministros matérias ainda em negociação sindical.

Ao não aceitar a sugestão do Colégio Arbitral (tomada ontem à tarde) de adiar o exame de Português para o dia 20, é o MEC o responsável por eventuais prejuízos que os alunos possam sofrer. Ao optar pela inflexibilidade e “por um braço de ferro” contra os Professores e as suas associações sindicais somos levados a concluir que **é o Governo que “quer” a greve aos exames.**

Nestas circunstâncias, somos levados a apelar àquela parte dos associados da **Pró-Ordem** que estavam reticentes em aderir à greve no dia dos exames – e aos Colegas, em geral – para que, no próximo dia 17, dêem uma prova inequívoca da sua profunda oposição a estas desastrosas decisões políticas que – a não serem sustidas – **prejudicam irremediavelmente a qualidade de ensino e a Profissão Docente.**

O Professor Nuno Crato que até aqui se referia à greve marcada por «**alguns** sindicatos» terá que reformular o seu discurso e passar a afirmar «a greve marcada por **todos** os sindicatos».

P.S. – A **Pró-Ordem** reafirma a sua participação na Manifestação Nacional de Professores no próximo sábado, em Lisboa.

Lisboa, 12 de junho de 2013

Pela Direção Nacional

Filipe do Paulo